

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

Área Temática: Meio Ambiente

Coordenadora da atividade: Tatiana WALTER

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Tatiana. WALTER; Eduardo Dias FORNECK<sup>1</sup>; Patricia TOMETICH; Tanize DIAS;  
Caio Floriano dos SANTOS; Thaís VEÇOZZI; Leon Barreto Gonçalves ROSA;  
Fabiane FONSECA; Bianca Moreira CAETANO<sup>2</sup>; Marcia Borges UMPIERRE<sup>3</sup>;  
Cristiane Simões Netto COSTA<sup>4</sup>; Roberta POHREN<sup>5</sup> Brenda VALIM; Alexandre  
Farias TERRA; Murilo Antonio Rodrigues SILVA; Andriele TEIXEIRA<sup>6</sup>.

### Introdução

O licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei 6.938/1981, e tem como objetivo garantir o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 1981). No Brasil, este é o instrumento da gestão ambiental que possui maior grau de institucionalização no poder público, principalmente nos níveis federal e estadual. Contudo, historicamente, a esfera municipal, responsável por emitir as licenças das atividades de impacto local, apresenta lacunas no tocante à disponibilidade de recursos e aspectos político-institucionais. No caso do Rio Grande do Sul, os últimos anos são demarcados por um processo acelerado de municipalização, em que parte das atividades licenciadas pelo estado tem sido repassada aos municípios. Para o município de Rio Grande, inúmeros têm sido os desafios oriundos deste processo. Rio Grande tem 210 mil habitantes e presença de ecossistemas bastante frágeis. Sua economia apresenta uma variedade de atividades econômicas, totalizando 5.379 unidades formais ativas, considerando as áreas da Indústria, Construção, Comércio e Serviços, registrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2015 (IBGE, 2018). Dada à diversidade de atividades econômicas de grande e excepcional porte, o município apresenta vocação para instalação de novos empreendimentos populares de ordem periférica a estas atividades, como pequenos empreendimentos de comércio e serviços (lavagem de carro, lanchonetes e restaurantes, p. ex.). Convém ressaltar a existência de empreendimentos que se encontram em operação, e devem ser

---

<sup>1</sup> Tatiana Walter e Eduardo Dias Forneck são professores do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus São Lourenço do Sul.

<sup>2</sup> Patricia Tometich, Tanize Dias; Caio Floriano dos Santos, Thais Veçozzi, Fabiane Fonseca; Bianca Moreira Caetano e Leon Gonçalves são pesquisadores no projeto.

<sup>3</sup> Marcia Borges Umpierre é professora no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, campus São Lourenço do Sul.

<sup>4</sup> Cristiane Simões Netto Costa é professora no curso Bacharelado em Administração no campus Santo Antônio da Patrulha.

<sup>5</sup> Roberta Pohren é professora do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus Carreiros.

<sup>6</sup> Brenda Valim, Alexandre Farias Terra e Murilo Antônio R. da Silva são acadêmicos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e Andriele Teixeira do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, ambos do Campus São Lourenço do Sul.



regularizados. Associa-se a este fato, um processo crescente da economia informal frente à crise econômica vivenciada no município nos últimos anos.

O projeto em tela destina-se ao fortalecimento do licenciamento ambiental municipal articulando a elaboração de diretrizes e procedimentos junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a processos formativos destinados aos diversos atores envolvidos no licenciamento ambiental, a saber: gestores públicos, empreendedores, consultores, profissionais da área ambiental e sociedade civil. É financiado com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, de responsabilidade do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande - COMDEMA, e está estruturado com vistas ao fortalecimento do licenciamento ambiental municipal.

### **Metodologia**

Iniciado em 2016, o projeto está organizado em três eixos que são executados de forma articulada. O primeiro deles envolve o estabelecimento de diretrizes e procedimentos com vistas ao fortalecimento do licenciamento ambiental municipal. Para tal, coteja diagnóstico – envolvendo legislação vigente e procedimentos atuais – à experiência e ensejo dos técnicos da SMMA de forma a buscar soluções acerca dos desafios e fragilidades verificadas na atualidade. Esta ação tem sido contínua deste o início do projeto e, no último ano, maior ênfase tem sido dada aos empreendimentos populares, especialmente aos de baixo potencial de impactos, de mínimo e pequeno porte. Com base no diagnóstico, foi definida uma metodologia contendo tipologias de atividades similares no que tange aos aspectos e impactos ambientais para serem propostas normativas e procedimentos.

Em paralelo, um segundo eixo destina-se a maior participação popular na política ambiental, com o intuito de espalhar a democratização sobre as decisões em torno do ambiente e a maior inserção da sociedade no licenciamento ambiental. Calcado em um diagnóstico sobre a participação social na política ambiental municipal, realizado entre meados de 2018 até início de 2019, nos últimos meses se iniciou um processo de mobilização da sociedade civil organizada e a concepção de processos formativos específicos para este grupo. Tais processos formativos destinam-se aos catadores de materiais recicláveis, associação de moradores, entidades de pescadores artesanais, dentre outros e é orientado pela educação popular.

Ambos os eixos são estruturados a partir da pesquisa-ação. Ou seja, tem como centralidade o sujeito que se deseja atuar e que articula caracterização e formação, o pensar e agir de gestores ambientais e da sociedade civil. A partir do diálogo com tais grupos, são definidas as estratégias junto aos mesmos.

O terceiro eixo faz uso dos resultados e formulações dos eixos anteriores para estruturar os processos formativos aos diversos grupos, constituídos por cursos presenciais ou na modalidade EaD e Seminários envolvendo conteúdos e formatos específicos para materiais didáticos ou informativos (cartilhas, guias de boa prática, site, folders, material audiovisual etc).

De forma transversal permeia toda execução do projeto: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a interdisciplinaridade da equipe. Composta por diferentes áreas do conhecimento, envolvendo gestão ambiental, cooperativismo, educação popular e educomunicação, bem como, níveis distintos de formação (graduação, pós-graduação e profissionais experientes), o projeto tem oportunizado a formação da própria equipe técnica.



## Desenvolvimento e processos avaliativos

Ao longo de sua execução, uma agenda de encontros entre equipe de organizadores do projeto, técnicos e Secretário de Município de Meio Ambiente vem sendo realizada, de forma a priorizar as ações ao longo do tempo. Entre os temas desses encontros está o processo de definição de tipologias para as atividades e ritos de licenciamento ambiental no âmbito do município de Rio Grande, a necessidade de encaminhamentos pelos conselhos e demais órgãos relacionados ao processo de licenciamento municipal e a discussão sobre tema e atividades de interesse para a realização de seminários. Há ainda, uma preocupação crescente com os empreendimentos populares, frente ao baixo impacto ambiental e sua importância no contexto social e econômico atual do município. Estas atividades consistem em um espaço formativo dos técnicos da SMMA, que demandam apontamentos e alguns aprofundamentos e reflexões sobre suas práticas.

A avaliação de impacto, com organização de tipologias de empreendimentos conforme o potencial de impacto ambiental das atividades foi concluída parcialmente, sendo o próximo passo encaminhá-la para apreciação do COMDEMA.

Em paralelo, estão sendo desenvolvidos materiais para cursos de extensão, com a redação de apostilas, elaboração de exercícios e atividades, roteirização e gravação de vídeos instrucionais e um sítio eletrônico para divulgação das atividades do projeto ([www.projeto licenciamento ambiental.furg.br](http://www.projeto licenciamento ambiental.furg.br)). Iniciou-se a publicação dos materiais formativos na plataforma moodle, meio para a realização dos processos formativos por ensino à distância e um guia, publicado durante o verão 2018/2019 para trailers e ambulantes que exercem suas atividades na praia do Cassino foi publicado.

## Considerações Finais

O projeto representa um estreitamento da relação da Universidade com o Poder Público Municipal, tendo por finalidade fortalecer o licenciamento ambiental. Sua execução corrobora com a melhoria da qualidade ambiental no município, em virtude da inclusão e melhoria de procedimentos e diretrizes. O processo de formação continuada permite uma melhor compreensão dos impactos socioambientais, bem como, medidas voltadas a minimização, mitigação e compensação desses impactos de âmbito local e ainda, da compreensão sobre os ritos do licenciamento pelos diferentes atores da sociedade.

Estão envolvidos docentes e discentes de graduação e pós-graduação, em todas as etapas e ações, possibilitando uma qualificação de cunho prático aos futuros egressos da FURG, bem como dos docentes. No espaço acadêmico, o projeto se mostra como uma oportunidade para a geração de conhecimento e formação alinhada com as demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que a experiência qualifica as atividades de ensino no âmbito dos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Campus de São Lourenço do Sul.

## Referências:

- BRASIL. **Lei 6.938** de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cadastro Central de Empresas 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/pesquisa/19/29761>. Acesso em: 04 de abr. de 2018.